

Mais propostas e condições para

24 JUN 1989

redução da dívida latino-americana

Cerca de 230 líderes empresariais de 33 países participando do "Encontro sobre economia latino-americana", organizado, em Genebra, pelo World Economic Forum, lançaram ontem uma nova proposta de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Pela proposta, haveria uma transformação de parte da dívida, com desconto de 30%, em bônus, que seriam lançados no mercado internacional com juros anuais de 5% e garantia tanto dos credores quando dos devedores. Haveria um período de carência de dez

anos, e a implementação do programa seria condicionada a uma reestruturação dos país devedor com supervisão do FMI e Banco Mundial.

A proposta poderia ser combinada com outros métodos de redução e conversão da dívida. O World Economic Forum, entidade privada com sede na Suíça, vai agora apresentar a proposta aos governos industrializados, na expectativa de que ela seja examinada na conferência de julho em Paris.

Ministros de Finanças (antigos, atuais ou de futuros gover-

nos) de vários países da América Latina fizeram exposições durante o encontro. Do lado dos latino-americanos, pediu-se ação ao invés do discurso, para solucionar o problema do endividamento. Do lado do empresariado, representando o grosso das multinacionais, insistiu-se na necessidade de ajustamentos estruturais nas economias dos devedores.

Marcelo Selowsky, economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, apresentou um plano das diferentes etapas que os países endividados devem passar para reestrutu-

rar suas economias. Na primeira etapa, de ajustamento fiscal, para um mínimo de estabilidade macroeconômica, apenas Brasil, Argentina e Peru ainda não iniciaram esse processo. A segunda etapa, de realocação de recursos e reativação do nível de importação e de capacidade produtiva, estaria sendo observada pelo Banco Mundial na Costa Rica, Venezuela e Equador. E a terceira etapa, de consolidação da reforma, com recuperação e sustentação dos investimentos, seria hoje uma realidade apenas no Chile e Uruguai (veja quadro).

Tabela I: Etapas no Processo de Ajuste

	Etapa I: Estabilização e ajuste fiscal. Período de crescimento baixo ou zero.	Etapa II: Reformas estruturais no sistema de incentivos. Recuperação da produção.	Etapa III: O índice de volta ao investimento aumentou. A importância do aumento dos índices de investimento para recuperar e manter o crescimento.
A. Objetivos essenciais da política interna	Reduzir a inflação e desafogar o setor privado por meio da redução das fontes internas de financiamento do déficit público. É necessário aumentar a poupança pública melhorando com eficácia a receita pública e reduzindo gastos improdutos. Exigem-se reformas institucionais para tornar o progresso constante. É preciso visar os subsídios que restam.	a) Maiores reformas institucionais para aumentar a poupança pública e garantir a estabilidade do avanço da política fiscal. b) Melhorar a competitividade. Reformas comerciais para se chegar a um regime comercial mais neutro e menos discricionário. c) Fim dos controles e regulamentos nos setores de bens imóveis e financeiro. d) O investimento externo direto é liberalizado.	Nesta etapa o índice de retorno ao investimento atinge altos níveis por causa das reformas adotadas na Etapa II. O clima de investimentos melhorou e há menos incentivos à evasão de capital. Nesta etapa, são grandes os incentivos ao aumento do investimento global.
B. Papel complementar do financiamento externo	O investimento externo precisa contribuir para o ajuste fiscal durante a transição. Fontes internas de empréstimo precisam ser suprimidas rápido, ao passo que as reformas institucionais indispensáveis ao aumento da poupança pública demoram (ou seja, reformas tributárias, privatização etc.). Isso permite que o ajuste fiscal seja mais gradual e menos compressivo. A probabilidade de futuras reversões diminui, à medida que o processo se faz acompanhar de reformas institucionais profundas e duradouras no setor público.	Porque há uma defasagem na expansão das exportações, o financiamento externo é necessário para propiciar a recuperação das importações. Os países não podem financiar simultaneamente todos os pagamentos de juros e o índice de importações exigidas para compensar os índices perdidos de produção.	O financiamento externo permite o aumento dos investimentos privados e públicos. O alívio da dívida é necessário para proteger a economia contra choques e dar aos novos investidores a garantia de que nenhum outro imposto será aplicado para atender ao serviço da dívida, e de que esses choques não distorcerão o ajuste.
C. A determinação do crescimento em cada etapa	Durante esta etapa, a produção é basicamente determinada pela demanda efetiva, à medida que a taxa de inflação se adapta à defasagem, para a redução do índice de expansão monetária.	Durante esta etapa, a produção é basicamente determinada pela disponibilidade de insumos importados, indispensáveis para melhorar o uso da capacidade existente.	A produção é inibida pela capacidade produtiva e, como consequência, pelo índice de investimentos.